



MORI, Maria Kazue. *A história da imigração japonesa em Lins*. São Paulo: JSN Editora, 2010, 319p.

A história de Lins contada pelos próprios linenses

The history of the city of Lins told by its own inhabitants

Juliana de Oliveira Teixeira*

A história da imigração japonesa em Lins é um apanhado de relatos de *nikkeis* (japoneses e seus descendentes) que vieram tentar a sorte no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Nessa época, o Japão ainda vivia a Restauração Meiji, iniciada em 1868, que tinha como objetivos a industrialização e a urbanização do território japonês. Para tanto, os recursos financeiros que promoviam o “progresso” vinham dos altos impostos taxados no setor agrário – empobrecendo a população camponesa e forçando-a a migrar para a cidade. As cidades, despreparadas para absorver tamanha mão de obra, geraram uma população de miseráveis. Dessa forma, a oportunidade de emigrar para o Brasil, um país “paradisiaco, com frutos de ouro” era mais que tentadora. (MORI, 2010, p.22).

O primeiro navio a partir do Japão foi o *Kasato Maru*, em 1908. Depois dele, muitos se seguiram – a maioria atracando no porto de Santos, em São Paulo. Ao desembarcarem no estado paulista, as expectativas que os japoneses traziam na mala logo se esgotavam, pois, frequentemente, o que havia sido acordado antes da viagem não era cumprido. Os custos da viagem eram automaticamente descontados dos baixos salários dos trabalhadores – isso quando seu pagamento não era efetuado em vales que só poderiam ser usados nos armazéns das fazendas. Mori (2010, p.24) explica que, posteriormente, os fazendeiros brasileiros, interessados na cafeicultura, estabeleceriam um sistema de parceria por empreita com os japoneses. Aos *nikkeis* cabiam as tarefas

* Graduada em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialistas em Marketing, Comunicação e Vendas pela Universidade Norte do Paraná (Unopar). Mestranda em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista da Capes.

de derrubar a floresta nativa, preparar a terra, plantar as sementes e cuidar do cafezal até durante seis anos. Aos fazendeiros, restava o dever de remunerar os japoneses – o que geralmente era feito com uma parcela de terra.

Foi assim que muitos *nikkeis* firmaram raízes no país e, também, como o município paulista de Lins foi fundado. Próxima à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a localização da cidade auxiliou em sua formação em 1916, com o bairro nipônico *Barbosa*. Com rigor de historiadora, Mori (2010) lista e retoma os principais acontecimentos da trajetória de Lins até o ano de 1982. Para tanto, apoiou-se na técnica da história oral, realizando inúmeras entrevistas com os primeiros descendentes dos pioneiros japoneses do município. As fotografias, também fonte de pesquisa da autora, funcionam mais como suporte, como ilustração ao conteúdo.

Mori (2010) constrói o cenário que os *nikkeis* tiveram que enfrentar: florestas para todo lado, instalações precárias, falta de recursos básicos – como hospitais, transporte e escolas – e uma terrível epidemia de malária, responsável pela morte de famílias inteiras.

Na época havia muita maleita. Morria um atrás do outro, e não tinha tábua para fazer o caixão; então, embrulhavam o corpo num pano e levavam nas costas mais ou menos 20 quilômetros, andando pelas picadas dentro do mato. Gastavam quase um dia de caminhada e, na volta, pegavam um pedaço de cipó e todos vinham segurando para não se perder na estrada, pois não tinha luz nem lampião. Quando chegavam de volta, já tinha outro falecido. (TURUDA *apud* MORI, 2010, p.92).

No entanto, como a pesquisadora bem pontua, os japoneses, obstinados, resistiram às dificuldades e acabaram por formar a cidade com maior número de *nikkeis* do Brasil à época. O fortalecimento do município se deu pela orientação sociocultural dos pioneiros que previa, obrigatoriamente, a formação de associações e escolas. As associações tinham como objetivo promover o cooperativismo entre os japoneses.

Reuniões periódicas eram realizadas e, quem podia, contribuía com uma quantia em dinheiro – mais tarde, viraria mensalidade. Por meio das associações, as escolas de *nikkeis* eram fundadas, contratava-se um professor e a língua ensinada era a japonesa.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, tanto as associações quanto as escolas foram fechadas pelo governo brasileiro. Japoneses foram proibidos de se reunir, de ouvirem rádio, de usar o idioma japonês. Mori (2010) relata que muitos *nikkeis* foram vítimas de preconceito e perseguições. Como tesouros, alguns objetos históricos, fotografias e cartas foram enterrados para que não fossem confiscados.

Mas, nem só de trabalho viviam os primeiros japoneses de Lins. De acordo com a autora, eles comemoravam as datas especiais do calendário do Japão, como o *Oshogatsu* (primeiro dia do ano) e o *Tencho Setsu* (aniversário do imperador Showa). Além disso, dedicavam-se ao *haikai*, ao karaokê, ao origami, ao bonsai, à cerimônia do chá, dentre outras atividades. No esporte, o beisebol era o mais popular. O introdutor dessa prática esportiva na cidade foi Kisei Kakazu, em 1946. Morador de São Paulo, em uma das visitas à família em Lins, trouxe uma bola, uma luva e um taco e ensinou as crianças a jogar. Deixando as regras do beisebol por escrito, Kisei voltou para capital, ficando a cargo dos mais velhos orientar os mais novos e, assim, formar um time. Com tacos de guajuvira, sacos de café marcando as bases de *strike*, os meninos treinavam nas horas de folga e “aos domingos, revezavam-se para apanhar café e algodão e arrecadar fundos para comprar material para a equipe”. (Mori, 2010, p.120).

Talvez, o grande mérito do livro de Mori seja o de dar voz aos linsenses para que eles contem a história dos primeiros anos do município. Assim surgem depoimentos com ótimas personagens – pessoas que fizeram de Lins o que ela é hoje. Uma das *nikkeis* que mais chama atenção é Saga Omura, mulher de personalidade e parteira da região. A nora de Saga, Kunie, relembra aos fatos da vida da sogra e a maneira como ela se comportava.

Saga ia para a roça com o filho preso às costas com *obi* (tira longa de pano) e lá amarrava-o ao pé de café, ou em qualquer árvore, e ia tratar do roçado. Era tão corajosa que dava à luz sozinha, em meio ao cafezal, e dizia para o filho: “Você é *yama no ko*” (“filho da roça”). Seu espírito de solidariedade ajudou muitas mulheres a dar à luz, e sua fama de parteira correu por toda a região, e apesar de seus modos às vezes rudes (dava tapinhas na cara das mulheres que reclamavam de dores ou desconforto para animá-las e encorajá-las) foi muito procurada pelas gestantes. (OMURA *apud* MORI, 2010, p.60).

Saga também esteve presente na recepção do casal imperial Mikasa, em 1958. Emocionada, a pioneira pegou a mão da princesa e chamou-a de *okusan* (senhora), maneira informal e íntima de tratar alguém. A atitude de Saga despertou o riso de todos os presentes, pois, provavelmente, um membro da família imperial jamais havia sido tratado com tanta familiaridade.

Essa é apenas uma das muitas histórias do livro de Mori. Todas são igualmente importantes no conteúdo e ajudam a recompor os primeiros anos da cidade. Por meio dos depoimentos, descobrem-se fatos pitorescos, a história ganha mais detalhes e passeia-se pela cultura japonesa. Tem-se por fim, uma obra humanizada, contada por quem presenciou todas as dificuldades e, apesar de tudo, persistiu.

As fotografias, se exploradas em profundidade, poderiam fornecer ainda mais informações e atuar ativamente na construção da narrativa histórica. Cedidas, em sua maioria, pelos próprios descendentes dos pioneiros japoneses, elas enriquecem os relatos e propiciam um “mergulho” nos álbuns de família. Esse vasto universo de imagens apresentado pela autora, assim como o texto, configura-se em um importante documento histórico à cidade de Lins, pois representa a trajetória da imigração japonesa – ressaltando que os primeiros anos foram fundamentais à formação do município que se conhece hoje.

Sem grande rigor científico, *A história da imigração japonesa em Lins* tem mais valor social do que acadêmico, pois facilita o acesso

ao conhecimento histórico. Além disso, favorece a democratização de fotografias e arquivos restritos aos acervos familiares e às bibliotecas – expandindo seu raio de ação e, assim, promovendo a preservação da memória.